

# Qual o Conceito de Analiticidade Criticado por Quine em *Dois Dogmas do Empirismo*?

Ozeias F. Rodrigues<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é iluminar algumas passagens de *Dois Dogmas do Empirismo*. É necessário um esclarecimento dessas passagens, dado que elas contêm afirmações nem sempre evidentes por si só. Primeiramente, faz-se uma contextualização do debate filosófico mais amplo onde elas se inserem. Feito esse trabalho, esperamos ter clarificado a noção de analiticidade criticada por Quine. Além disso, enfatiza-se o método utilizado na análise dessas passagens como um modo proveitoso de ler textos filosóficos.

## PALAVRAS-CHAVE

Analiticidade; Quine; Kant; Frege; Significado.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Filosofia andamento pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: ze-ias@hotmail.com .  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4222465552481017>

# **Which is the Concept of Analyticity Criticized by Quine in *Two Dogmas of Empiricism*?**

## **ABSTRACT**

This paper aims to clarify a couple of excerpts from Quine's *Two Dogmas of Empiricism*. Clarifying is needed because those excerpts comprise certain statements not always self-evident. In a first moment, a contextualization of the broader philosophical debate where they feature in is presented. As a consequence, I hope it will become clearer the notion of analyticity criticized by Quine. Further, the method used in the analysis of these passages is emphasized as a useful way of reading philosophical texts.

## **KEYWORDS**

Analyticity; Quine; Kant; Frege; Meaning.

## Introdução

Neste trabalho pretendemos lançar luz a algumas passagens de *Dois Dogmas do Empirismo* (1951)<sup>1</sup>. Quine nem sempre justifica de modo explícito algumas afirmações feitas nesse texto; por isso, uma investigação sobre as bases dessas afirmações se faz necessária. Desse modo, na primeira seção esclarecemos a noção kantiana de analiticidade criticada por Quine. Depois, tratamos de elucidar as noções de termo singular e geral. Após explicitar esses dois pontos, estaremos aptos a entender as críticas de Quine à definição contemporânea de frase analítica<sup>2</sup>. Deste modo, o que fazemos é preparar o terreno no sentido de introduzir ao leitor a noção de analiticidade atacada por Quine em *Dois Dogmas*. Ressaltamos ainda que nossa intenção não é expor esse ataque, mas apenas esclarecer alguns de seus pressupostos. Por fim, enfatizamos a metodologia utilizada na compreensão dos trechos filosóficos aqui analisados. Talvez esse método possa ser útil ao leitor menos habituado à leitura de clássicos.

Willard Van Orman Quine inicia *Dois Dogmas* explicando o pano de fundo da analiticidade. A ideia de que se podia distinguir ou classificar *tipos de verdades* em termos de analiticidade e sinteticidade<sup>3</sup> remonta ao período moderno da filosofia. Quine cita como exemplo de filósofos que utilizaram essa distinção: Hume, Leibniz e Kant. Contudo, ele se detém um pouco mais neste último autor. Mas por que ele dedica algumas linhas a mais a Kant? Sabemos que esse filósofo é conhecido por avaliar com muito cuidado a filosofia herdada de seus antecessores, especificamente a filosofia alemã que o precedia, representada pela escola Leibniz-Wolfiana e, em geral, os filósofos popularmente conhecidos como racionalistas e empiristas. Sabemos também que Kant foi um dos pensadores mais influentes para a posteridade, incluindo o campo da filosofia que conhecemos hoje como filosofia analítica<sup>4</sup>. Dentre as divisões mais importantes na

---

<sup>1</sup> Doravante *Dois Dogmas*.

<sup>2</sup> Utiliza-se neste artigo o termo frase no sentido de frase assertiva. Preferimos esse termo pelo fato de proposição e sentença serem termos ambíguos na língua portuguesa. Evitamos também o termo enunciado uma vez que alguns autores entendem este termo como algo dependente do contexto exterior à frase para sua significação. Deste modo, em algumas passagens utilizamos o texto original de Quine conforme a tradução que consideramos mais adequada.

<sup>3</sup> Utilizamos aspas duplas para fazer uso de uma expressão, seja literal ou metaforicamente, e aspas simples para fazer menção de uma expressão, como ocorre em “‘casa’ tem quatro letras”.

<sup>4</sup> Sobre a relação entre Kant e a filosofia analítica ver Hanna, R., 2005. Como a filosofia analítica pode ser caracterizada é tema de controvérsia. Contudo, conforme Hanna, existe algum consenso quanto as suas características fundamentais. Cf. Idem, p. 20.

filosofia analítica está o denominado empirismo lógico<sup>5</sup>, que será o grande alvo da crítica de Quine em *Dois Dogmas*. Por isso, vemos algumas razões preliminares para o fato de Quine iniciar seu ensaio se referindo a Kant: (i) a importante crítica ao trabalho filosófico que o precedia, e (ii) o fato do pensamento de Kant ser o fundamento de vários aspectos importantes na filosofia analítica e, conseqüentemente, no empirismo lógico. Dito isso, podemos focar com mais clareza na distinção analítico/sintético.

### Interpretação de Quine sobre a Analiticidade Kantiana

Kant utilizou em grande medida a distinção analítico/sintético como modo de classificação entre verdades que supomos conhecer apenas pela razão (sem apelo à experiência sensível) e verdades que seriam conhecidas observando o mundo *empírico* (recorrendo à experiência sensível)<sup>6</sup>. Como o projeto de Kant no *Crítica da Razão Pura*<sup>7</sup> era saber como é possível a obtenção de novos conhecimentos através da razão pura, quer dizer, sem apelo à experiência, então é perfeitamente compreensível seu interesse nessa distinção.

Kant apresenta tal distinção de acordo com alguns pressupostos lógicos. A lógica da qual ele dispunha era fundamentalmente aquela de origem aristotélica onde se supunha haver uma relação fundamental entre termos. Tal relação consistiria basicamente numa ligação entre um termo sujeito e um termo predicado através de uma cópula, como ocorre, por exemplo, em “Sócrates é bípede”. Segundo a lógica tradicional, uma frase como essa teria uma forma como ‘A é B’<sup>8</sup>. Desse modo, ‘A’ representaria um sujeito, ‘B’ um predicado e ‘é’ a cópula que exprimiria uma relação entre ambos. Além disso, segundo Kant, essa relação pode acontecer de dois modos:

Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo *analítico* ao juízo, no segundo, *sintético*. (KANT, I., 2013, p.43. Itálico do autor.)

<sup>5</sup> Sobre o empirismo lógico Cf. Idem, p. 26-27.

<sup>6</sup> Por ‘experiência sensível’ podemos entender o ato de entrar em contato com um objeto ou fenômeno através dos cinco sentidos. Desse modo, ver, tocar ou cheirar uma maçã, por exemplo, são atos desse tipo. Por outro lado, o *objeto* ou *fenômeno* conhecido (uma maçã neste caso) é dito ‘empírico’ porque dele temos uma experiência sensível.

<sup>7</sup> Doravante *Crítica*.

<sup>8</sup> Letras como ‘A’, ‘B’, ‘S’ e ‘P’ no contexto da lógica aristotélica podem ser entendidas como expressões que estão no lugar de termos como ‘Sócrates’, ‘sábio’ ‘animal’ etc. Tomamos ‘lógica tradicional’ e ‘lógica aristotélica’ como sinônimas neste artigo.

Nessa passagem, Kant introduz as duas principais noções que nos interessam aqui: o par analítico/sintético. Todavia, antes de as entendermos, algo importante que devemos notar é que Kant utiliza as expressões ‘juízo’<sup>9</sup> (*Urteil*) e ‘conceito’ (*Begriff*) ao invés dos seus correspondentes linguísticos ‘frase’ e ‘termo conceitual’ (Cf. Kant, 1998, B 10 - B 11). Isso se deve principalmente ao fato de que, em relação ao conhecimento, uma das preocupações de Kant era entender quais são as operações cognitivas que ocorrem na esfera do pensar. Assim, de modo muito geral, sobre a filosofia kantiana podemos dizer que pensar é uma relação que se dá entre conceitos *no entendimento* que os pensa – ao menos no caso dos juízos mais básicos onde se relacionam um sujeito e um predicado (Cf. Kant, 2013, B 74). Por outro lado, para nossos fins, podemos dizer que falar ou escrever uma frase é expressar essas relações *fora do entendimento* que as pensa. Desse modo, quando Kant fala de ‘juízo’ na passagem citada acima, ele o entende como uma relação entre um conceito qualquer A e um conceito qualquer B que acontece *no sujeito* na medida em que este pensa. Algo relacionado, mas distinto, é a expressão de um juízo *fora do sujeito*, utilizando-se, para isso, palavras escritas ou faladas. Isso posto, passemos à classificação que mais nos interessa aqui.

Segundo o modo kantiano de classificação, *analíticos* podem ser considerados aqueles juízos cujo predicado B está *implicitamente contido* no conceito A quando os pensamos, como ocorre em:

- (i) Todos os corpos são extensos.<sup>10</sup>

A ideia é basicamente a de que ao pensarmos sobre o conceito “corpo”, haveria algo de implícito ou “escondido” nesse conceito. Se o analisássemos, i.e., se pensássemos no que poderia ser dito sobre ele, encontraríamos, por exemplo, os conceitos de “impenetrabilidade”, “figura” e “extensão”. Dessa forma, não precisaríamos olhar para o mundo ou ouvir relatos sobre este para sabermos que uma característica do conceito de corpo é a extensão. Mas simplesmente analisando-o, i.e., pensando sobre esse conceito, encontraríamos a noção de extensão já *contida* nele. Dito de outro modo, verdades

---

<sup>9</sup> Kant utiliza o termo ‘juízo’ com pelo menos quatro sentidos distintos na *Crítica da Razão Pura*. Cf. Hanna, R., 2005, p. 16. O sentido utilizado na passagem – e que mais nos interessa aqui – é aquele que normalmente se encontra nos manuais de lógica como “proposição”, i.e., como “aquilo que pode ser verdadeiro ou falso”.

<sup>10</sup> Este é um exemplo utilizado por Kant em sua primeira *Crítica*. Como nos indica Pontes, os exemplos de frases analíticas fornecidos pela tradição são extremamente limitados. Daí a recorrência aos mesmos exemplos nos textos sobre o tema. Cf. PONTES, A. N., 2014, p. 100.

esclarecidas por meio da análise, segundo Kant, podem ser encontradas apenas fazendo uma espécie de “clarificação” dos conceitos que as constituem.

Por outro lado, Kant afirma que juízos *sintéticos* podem ser entendidos como aqueles em que o predicado B está totalmente *fora* do sujeito A, tal como ocorre em:

(ii) Todos os corpos são pesados.<sup>11</sup>

Nesse caso, haveria algo que não podemos encontrar através da simples análise, i.e., simplesmente pensando sobre o conceito “corpo”. Ao contrário, deveríamos buscar algo fora do conceito e, portanto, do próprio pensamento para formularmos esse juízo. Esse algo que nos forneceria tal acréscimo seria, segundo a visão kantiana, a experiência sensível. Sabemos através da experiência que peso é um tipo de força de atração entre corpos e que, dependendo do lugar no universo em que determinado corpo se encontre, seu peso pode variar ou mesmo ser neutro. Desse modo, o conceito de “peso” não seria intrínseco ao conceito de “corpo”, uma vez que precisamos recorrer à experiência para associá-lo a este conceito. Dito de outro modo, somente podemos unir num juízo o conceito “corpo” e o conceito “peso” se extraímos este último de um lugar *fora* do conceito de corpo, neste caso, da experiência.

Evidentemente, o juízo “todo corpo é pesado” é falso porque, como dissemos, o peso de um corpo pode variar ou mesmo inexistir; na terra pode ter um peso, num espaço distante da terra pode não ter peso algum, etc. Contrariamente, formaríamos um juízo verdadeiro caso substituíssemos a quantidade “todo” por “algum”. Desse modo, obteríamos “alguns corpos são pesados”. Mas, ainda assim, a verificação da verdade do juízo se daria mediante experiência, fazendo experimentos com corpos na Terra e observando o comportamento de fragmentos de rochas em Marte, por exemplo, e não apenas pensando sobre o conceito “corpo”.

Quine vê dois problemas com a noção kantiana de analiticidade (a concepção segundo a qual juízos analíticos são aqueles cujo predicado está contido no sujeito). Ele diz: “Essa formulação tem dois problemas: ela se limita a frases da forma sujeito e

---

<sup>11</sup> Vale mencionar a distinção entre peso e massa. *Peso* pode ser entendido como a força de atração que a gravidade de cada planeta, lua, estrela etc. exerce sobre um corpo. Desse modo, o peso de um corpo pode variar conforme o lugar espacial em que esse corpo se encontra: na terra terá um peso, na lua outro, em marte outro etc. Por outro lado, o conceito de *massa* pode ser compreendido como a quantidade de matéria que um corpo possui e continuará sendo a mesma independente do lugar onde se encontra no universo.

predicado e apela à noção de estar contido, que é deixada apenas em nível metafórico”<sup>12</sup> (QUINE, 1951, p. 21). Nessa passagem, Quine expõe de forma extremamente concisa os problemas que encontra na formulação kantiana de analiticidade. Contudo, vemos a necessidade de uma explicação mais extensa dessas questões, uma vez que um leitor menos habituado ao tema encontraria algumas dificuldades iniciais em compreendê-las. Desse modo, podemos formular duas perguntas fundamentais ao entendimento desse trecho: P1. Por que a forma sujeito e predicado é limitada? P2. Por que deixar a noção de estar contido apenas em nível metafórico é problemática?

A forma sujeito e predicado S é P (ou A é B, como exposto acima) é útil para a formalização de alguns juízos simples como “Sócrates é sábio”, “algum animal é mamífero”, “nenhum animal é vegetal” etc. Contudo, os juízos que formulamos por vezes são mais complexos do que algo que possa se adequar a essa forma<sup>13</sup>. Não poderíamos formalizar, por exemplo, um juízo mais complexo como “Toda pessoa ama um animal”. A complexidade, neste caso, decorre da aplicação da quantidade “um” àquilo que constituiria o predicado ao mesmo tempo em que se aplica a quantidade “todo” àquilo que constituiria o sujeito. Ambas as quantidades são expressas simultaneamente na linguagem comum, mas segundo a forma lógica tradicional, juízos como esse não parecem ser adequadamente formalizáveis.

Por outro lado, sabe-se que a partir do século XIX a lógica se expandiu de maneira surpreendente. Algumas das maiores contribuições para essa expansão devem-se aos trabalhos de Frege. Este filósofo torna possível a formalização de juízos como “toda pessoa ama algum animal” graças à aplicação da noção de *função* à análise dos juízos e à invenção dos *quantificadores*. Devido a estes e alguns outros avanços em notações alternativas (já que a notação fregeana não foi muito bem acolhida), hoje podemos formalizar esse juízo como  $\forall x \exists y (Px \rightarrow (Ny \wedge Axy))$ <sup>14</sup>, por exemplo, onde ‘P’ pode ser lido como ‘é pessoa’, ‘N’ como ‘é animal’ e ‘A’ como ‘Ama’.

---

<sup>12</sup> “This formulation has two shortcomings: it limits itself to statements of subject-predicate form, and it appeals to a notion of containment which is left at a metaphorical level”.

<sup>13</sup> Essa estrutura do juízo herdada de Aristóteles e pensada aos moldes gramaticais (S é P) foi questionada no século XIX, e.g., por Miklosich, que percebeu não haver sujeito em algumas frases das línguas eslavas. Mesmo no português podemos notar isso em frases como ‘está chovendo’, por exemplo. Ver BRENTANO, 2016, pp. 106-114.

<sup>14</sup> Apesar desse e vários outros avanços conquistados por Frege, sua *Conceitografia* não foi muito bem acolhida devido ao fato de, por exemplo, sua notação ser bidimensional e de não dispor de um símbolo específico para o quantificador existencial. Fatores como estes não permitiram o devido reconhecimento da sua primeira grande obra que hoje é vista, sem exageros, como o maior trabalho de lógica desde Aristóteles.

Desse modo, temos uma resposta à P1: A forma sujeito e predicado é limitada porque não pode formalizar juízos complexos. Um exemplo de juízo complexo que utilizamos é “toda pessoa ama algum animal”, e ele é complexo porque envolve quantificação múltipla (tanto do que seria o sujeito, quanto do que seria o predicado no juízo). É claro que existem outras limitações com a forma S é P, contudo, a título de exemplo, vimos que uma dessas limitações é o caso de juízos que envolvem mais de uma quantificação<sup>15</sup>.

Agora passemos à segunda pergunta. P2: Por que deixar a noção “estar contido” apenas em nível metafórico é problemático? Sabemos que metáfora é um tipo de figura de linguagem e que, portanto, é um modo de tentar expressar algo indiretamente, i.e., um modo de expressão que não expressa exatamente o que queremos dizer, mas que pode se aproximar disso. Metáforas são úteis na medida em que nem sempre queremos ou mesmo podemos dizer algo diretamente. Desse modo, às vezes queremos ou precisamos apelar ao uso de metáforas, que estabelecem uma relação de semelhança entre algo que *dizemos* e aquilo que de fato *queremos* dizer, mas que não se quer ou não se pode dizer diretamente. Ao falar, por exemplo, ‘ele tem um coração de pedra’ o que literalmente *dizemos* parece não fazer sentido, já que não há ninguém que tenha um coração de pedra. Por outro lado, o que *queremos* dizer é que alguém é pouco sentimental, por exemplo. Desse modo, vemos que uma metáfora carrega dois lados que se *assemelham* entre aquilo que se *diz* e aquilo que se *quer dizer*. No caso mencionado, essa semelhança está na dureza da pedra e na insensibilidade de alguém.

Relembrando, Kant define juízos analíticos como aqueles cujo predicado *está contido* no sujeito. Quine, por sua vez, entende que a noção “estar contido” aparece apenas em nível metafórico na definição kantiana. Isso se deve ao fato de que podemos dizer, por exemplo, que um alimento está contido num recipiente ou algumas ferramentas estão contidas numa caixa. Mas a noção de “estar contido” aplicada aos conceitos parece ser uma explicação *apenas metafórica* de um tipo de relação que ocorreria entre conceitos quando pensamos. Dessa forma, para Quine, parece haver apenas uma representação abstrata e vaga daquilo que Kant quer dizer. Mas uma explicação direta (sem mediação metafórica ou por semelhança) do tipo de relação que de fato ocorre quando pensamos

---

<sup>15</sup> Sobre alguns outros problemas com a forma lógica tradicional dos juízos Cf. GEACH, P., 1950, p. 461-482; sobre um problema específico envolvendo a noção de existência ver GIUSTI, E., 2002, pp. 34-39.



através da análise não seria clarificada nessa definição. Por exemplo, na metáfora “ele tem um coração de pedra”, o que se diz é algo como “ele é uma pessoa que tem um coração que é de pedra” e o que se quer dizer é algo como “ele é uma pessoa insensível”. No caso de Kant, ele diz que “o conceito B está contido no conceito A”, mas não esclarece exatamente o que quer dizer com “estar contido”. Aqui não há o outro lado da metáfora. Além disso, Quine está comprometido com a ideia de que aquilo que é deixado em nível metafórico, i.e., aquilo que não se fala diretamente, tem pouco valor explicativo<sup>16</sup>.

Desse modo, temos uma resposta à P2: Quine considera que deixar a noção “estar contido” em nível metafórico é problemático porque aquilo que está em jogo (uma relação entre conceitos) não deve ser explicado *apenas indiretamente*, i.e., através de uma relação de semelhança entre uma operação do entendimento (uma faculdade/capacidade humana, para Kant) e o ato/efeito de alguma coisa estar dentro de algo.

Não se contentando com a definição metafórica de Kant, Quine claramente interpreta a analiticidade kantiana através de uma noção contemporânea de significado: “uma frase é analítica quando ela é verdadeira em virtude dos significados e independente dos fatos” (QUINE, 1951, p. 21). A legitimidade desta interpretação de Quine é tema para outro trabalho. Contudo, a este respeito mencionamos apenas o fato de que Quine a essa altura foca nas expressões exteriores, i.e., nos termos, frases, e aquilo que estes expressam (seus significados), e não nos conceitos e juízos que de alguma maneira seriam formados pelo sujeito que os pensa (como parece ser a visão kantiana)<sup>17</sup>.

### **Termos singulares, termos gerais e significatividade**

Agora que temos uma ideia do porquê Quine rejeita a definição kantiana de

---

<sup>16</sup> Há quem pense que Quine está sendo pouco caridoso com Kant nessa interpretação. Sobre este ponto, ver Hanna, 2005, p. 250; 207.

<sup>17</sup> Sobre este ponto há o que Porta chama de ‘teoria da síntese’, que teria por base a noção de que conceitos e juízos são formados através da síntese entre representações. Essa teoria estaria baseada no princípio fundamental de que as únicas coisas que temos acesso na consciência são nossas próprias representações (princípio de imanência), i.e., algo que temos e é formado *em nós*. A partir de Frege, entretanto, haveria uma ruptura radical com este princípio através da afirmação de que o sujeito pensante tem acesso a entidades que não são suas próprias representações, ou seja, o sujeito apreenderia pensamentos eternos, imutáveis, não causados e *independentes* de quem os apreenda. A noção de *pensamento* fregeana está na base do conceito contemporâneo de *proposição* como o *significado* de frases. Por mais que esta noção possa ter se modificado desde Frege, ela ainda conserva em grande medida a característica de independência do sujeito que as apreende. Em algumas correntes, proposição ainda é entendida como algo exterior, independente e não causada pelo sujeito que a pensa. Cf. Porta, 2014, pp. 357-413; Frege, 2002, pp. 9-41.

analiticidade, resta-nos investigar o que ele entende por ‘significado’, já que esta noção estaria na base da analiticidade, conforme ele argumenta.

Antes de qualquer coisa, devemos entender o que são termos singulares. Estes podem ser classificados como expressões escritas ou faladas que indicam um único objeto ou entidade. Esta entidade pode, por sua vez, ser concreta ou abstrata. Alguns exemplos de termos singulares que indicam entidades concretas são: ‘Susan Haack’, ‘estrela da manhã’ e ‘a atual primeira-ministra da Nova Zelândia’. Por outro lado, alguns exemplos de termos singulares que indicam entidades abstratas são: ‘12’, ‘7+5’ ‘o número que somado a um resulta em dois’.

No caso dos termos singulares, Quine distingue entre o *significado* desses termos e os objetos que eles *nomeiam*. O *significado* pode ser entendido como o *sentido* expresso por um termo singular. Já a nomeação pode ser entendida como *referência* de um termo singular a um objeto ou entidade. Desse modo, já podemos ter uma ideia da distinção exposta por Quine:

O significado, recordemos, não deve ser identificado com a nomeação. O exemplo de Frege da “estrela da manhã” e da “estrela da tarde”, e o exemplo de Russell de “Scott” e “o autor de *Waverley*” ilustram o fato de que termos podem **nomear a mesma coisa**, mas **diferir quanto ao significado**. (QUINE, 2011, p. 38, ênfase minha.)

Aqui Quine chama atenção para o fato de que devemos distinguir o que um termo singular *significa* do *objeto* que ele nomeia. Esta é apenas mais uma forma de apresentar a distinção fregeana entre *sentido* e *referência*. Segundo Frege, o sentido de um termo singular é o *modo como um objeto se apresenta* através desse termo e sua referência é o próprio *objeto* em questão (FREGE, 2009, pp. 129-130). Assim, através dos termos singulares ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ se apresenta de formas *distintas* um *mesmo* objeto. Quer dizer, enquanto ‘a estrela da manhã’ é um termo que expressa um modo de apresentação de um objeto (como uma estrela visível no céu ao amanhecer), ‘a estrela da tarde’ é um termo que expressa *outro* modo de apresentação do *mesmo* objeto (como uma estrela que aparece no céu ao entardecer). Desse modo, ambos os termos se referem ou nomeiam a *mesma coisa* (uma determinada estrela), ao passo em que seus sentidos ou significados são distintos (o modo de apresentação do objeto).

Em relação aos termos que nomeiam entidades abstratas, Quine nos diz:

A distinção entre significar e nomear não é menos importante no nível dos termos abstratos. Os termos “9” e “o número de planetas” nomeiam **uma única entidade**, mas devem, presumivelmente, ser considerados **diferentes quanto**

**ao significado**, pois observações astronômicas foram necessárias, e não apenas a reflexão sobre os significados, para determinar a **igualdade** da entidade em questão. (QUINE, 2011, p. 38-39, ênfase minha.)

Com os termos que nomeiam entidades abstratas ocorre a mesma distinção mencionada acima entre significar e nomear. O termo ‘9’ nomeia ou refere-se à entidade 9. Essa mesma referência pode ser dada através do termo ‘o número de planetas’<sup>18</sup>. Contudo, o modo como o objeto é apresentado em cada um dos casos é totalmente distinto, i.e., o sentido ou significado dos nomes difere. Enquanto ‘9’ apresenta uma entidade abstrata através de um numeral, ‘o número de planetas’ apresenta o mesmo objeto (o número 9) através de uma contagem de planetas. Além disso, há outra diferença fundamental entre esses dois termos singulares. Quine parece supor que a nomeação ou referência do termo ‘9’ é determinada simplesmente pelo seu significado. Quer dizer, alguém que esteja habituado com sinais aritméticos e seus significados sabe que o numeral ‘9’ refere-se ao número 9 sem qualquer investigação exterior ao próprio significado do termo em questão<sup>19</sup>. Por outro lado, a referência do termo ‘o número de planetas’ teria sido determinada através de uma investigação empírica, já que alguém precisou observar nosso sistema solar para determinar se nele há uma quantidade de planetas cuja soma resulta no número 9. Desse modo, há uma igualdade entre os termos ‘9’ e ‘o número de planetas’ – e uma frase como ‘9 = o número de planetas’ é verdadeira –, mas essa igualdade diz respeito somente à referência (ambos os termos se referem ao número 9). Já os sentidos desses termos diferem, pois, como vimos, em cada um dos casos o objeto é apresentado de uma maneira distinta.

Quine vê uma *semelhança* e uma *diferença* entre o que ocorre com termos singulares e termos gerais. A *diferença* consiste no fato de que termos gerais, ao contrário dos singulares, não *nomeiam* ou se referem a uma única entidade, mas eles *são verdadeiros a respeito de* uma, nenhuma ou várias entidades (Cf. QUINE, 2011, p. 39). Desse modo, um termo geral como ‘homem’ é verdadeiro a respeito da entidade Aristóteles e poderíamos dizer que a frase ‘Aristóteles é homem’ é verdadeira. Mas não se pode dizer que ‘homem’ nomeia Aristóteles, uma vez que este termo geral é comum a muitas entidades, i.e., comum a cada um dos homens que existem ou existiram. A classe

---

<sup>18</sup> Evidentemente o que Quine está sugerindo com esse nome é o mesmo que ‘o número de planetas do sistema solar’ e, além disso, considera Plutão um planeta, já que o inclui na contagem.

<sup>19</sup> Numerais são as formas escritas pelas quais nos referimos aos números, mas que não devem ser confundidos com os próprios números. Assim, ‘1’ refere-se ao número 1, mas um não equivale ao outro.

de todas as entidades para as quais um termo geral é verdadeiro também é conhecida como a *extensão* dessa classe.

Por outro lado, a *semelhança* entre termos singulares e gerais é a seguinte: do mesmo modo como ‘Francisco Buarque de Hollanda’ e ‘o autor de *Leite derramado*’ se referem ao mesmo objeto (Chico Buarque) por vias ou significados distintos, ‘habitantes do maior país da América Latina’ e ‘habitantes do país que faz fronteira com Uruguai e Venezuela’ evidentemente significam coisas distintas, mas têm a mesma extensão ou classe de objetos (pessoas que residem no Brasil).

Uma vez que compreendemos as distinções entre significado e referência dos termos singulares e entre significado e extensão dos termos gerais, estaremos aptos a entender o modo como Quine explica o que são frases analíticas.

### **O que são frases analíticas?**

Conforme a exposição de Quine, há dois tipos de frases analíticas. *O primeiro tipo* consiste em frases cuja verdade pode ser estabelecida através das partículas lógicas que nelas estão contidas. Seu exemplo deste tipo de frase é:

- (i) Nenhum homem não casado é casado.

Nota-se que nessa frase as partículas lógicas, como conectivos (como ‘não’) e quantificadores (como ‘Nenhum’), juntamente com o princípio de não contradição tornam a frase verdadeira *independente* do significado dos termos não lógicos ‘homem’ e ‘casado’.

Ao contrário da primeira, a verdade do *segundo tipo de frase analítica* apontada por Quine *depende*, além das partículas e princípios lógicos, do significado dos termos não lógicos contidos na frase. Um exemplo deste segundo tipo de frase seria:

- (ii) Nenhum solteiro é casado.

A verdade desta frase dependeria também do significado dos termos gerais ‘solteiro’ e ‘casado’. Neste último caso, se supõe (ao contrário dos exemplos de termos gerais anteriores) que tanto a extensão quanto o significado destes termos são os mesmos e que, por isso, frases do segundo tipo seriam analíticas (verdadeiras apenas em virtude do significado). Para comprovar o fato de que não somente a extensão, mas o *significado* de dois termos gerais pode ser o mesmo, basta refletirmos sobre o que pensamos que

significa o termo ‘solteiro’ e ‘não casado’. A isto poderíamos responder: “ora, solteiro é aquele que não é casado” ou então “ora, não casado é aquele que é solteiro”. Desse modo, vemos que tais termos não apenas têm a mesma extensão, como também têm o mesmo sentido ou significado.

Segundo Quine, no segundo tipo de frases analíticas há uma dependência da noção de *sinonímia*. Enquanto frases do tipo (i) não precisam de sinônimos para estabelecer o seu valor de verdade, frases do tipo (ii) necessitariam de uma relação de sinonímia (como aquela existente entre os termos ‘solteiro’ e ‘não casado’). Vale notar que não basta uma identidade entre a extensão de dois termos para que uma relação de sinonímia seja estabelecida entre eles. Podemos ver isso no exemplo ‘todas as criaturas com rins são criaturas com coração’. Aqui o termo ‘criatura com rins’ tem a *mesma* extensão do termo ‘criatura com coração’, uma vez que qualquer criatura que possui um desses órgãos é o *mesmo* tipo de criatura que possui o outro. Contudo, apesar desses termos se referirem às mesmas entidades, eles não são *sinônimos*, i.e, não significam a mesma coisa, pois um deles apresenta uma classe de indivíduos que tem determinado órgão, enquanto outro apresenta uma classe de indivíduos que possui um órgão distinto.

A noção de analiticidade do tipo (i) é verdadeira em qualquer interpretação de “casado” na frase “nenhum homem não casado é casado” e por isso não parece problemática. Por outro lado, Quine tenta mostrar que a crença dos empiristas lógicos na possibilidade de transformar frases analíticas do tipo (ii) em frases analíticas do tipo (i) mediante a substituição de termos sinônimos é, na realidade, um *dogma*, pois a noção de *sinonímia* seria tão pouco clara quanto a própria noção de analiticidade. Quine expõe alguns problemas com a tentativa de explicar a noção de analiticidade do tipo (ii) a partir a noção de sinonímia. Apenas para fins de exemplificação, aludiremos a um deles.

Lembremos que de modo geral frases analíticas podem ser entendidas como aquelas cuja verdade depende apenas dos significados de seus termos constituintes. Nesta definição aplicada à analiticidade do tipo (ii) estaria implícita a noção de que, para sabermos o significado de um termo, precisaríamos *identificá-lo* com um termo equivalente que seria seu *sinônimo*.

Mas como sabemos que dois termos são sinônimos? Conforme Quine expõe (QUINE, 2011, p. 48), uma tentativa de resolver este problema seria encontrar uma pedra de toque, isto é, um *critério de identificação* entre dois termos. Esse critério seria,

segundo uma tradição que remonta a Leibniz, a *comutatividade salva veritate*<sup>20</sup>. Quer dizer, a noção de que dois termos são sinônimos quando, no contexto de uma frase, podem ser *necessariamente* substituídos um pelo outro sem prejuízo para a verdade ou falsidade dessa frase. Desse modo, nas seguintes frases, os termos ‘solteiro’ e ‘não casado’ seriam sinônimos pelo fato de conservarem a verdade ou falsidade quando substituídos um pelo outro: ‘todo *solteiro* é humano’ conserva o mesmo valor de verdade de ‘todo *não casado* é humano’. Contudo, nada nos garante que a concordância de significado entre esses dois termos implicaria numa concordância de referência ou extensão (QUINE, 2011, p. 52). Ou seja, nada nos permite concluir que ‘solteiro’ *necessariamente* tem o mesmo sentido de ‘não casado’ e que essa concordância de sentido implicaria necessariamente numa concordância de referência. É bem *possível* que ‘solteiro’ e ‘não casado’ tenham contingentemente o mesmo sentido, e.g., por simples convenção linguística. Se isto é assim, nada garante que a relação extensional ou de concordância de referências entre esses dois termos seja necessária, ou seja, que dependa meramente da análise dos termos constituintes e não de fatos no mundo.

Quine também alerta para o fato de que nem sempre essa substituição *salva veritate* é plena. Basta pensarmos em casos de substituição desse tipo em que se conserva a verdade, mas não podemos considerar os termos substituíveis *idênticos* porque não expressam exatamente a mesma coisa, isto é, apontam para determinado objeto ou classe de objetos de modos distintos. Por exemplo, ‘Francisco Buarque de Hollanda’ e ‘o autor de *Leite derramado*’ apresentam o mesmo objeto (Chico Buarque) de maneiras distintas. E, justamente por isso, embora as frases ‘Francisco Buarque de Hollanda nasceu em 1944’ e ‘o autor de *Leite derramado* nasceu em 1944’ sejam ambas verdadeiras conforme a comutatividade *salva veritate*, elas apresentam de um modo distinto essa verdade. Há algo a mais envolvido na substituição que simplesmente o valor de verdade da frase: seu sentido, significado ou intensão. Portanto, o fato de dois termos terem a mesma referência e serem, desse modo, comutáveis, preservando o valor de verdade, não implica que eles tenham o mesmo sentido ou significado. Dito de outro modo, o critério de comutatividade *salva veritate* parece servir apenas para ocasiões em que se deseja falar de extensões ou referências e não quando se pretende substituir termos com o mesmo sentido ou

---

<sup>20</sup> Princípio também conhecido como ‘substitutividade *salva veritate*’, ‘substituibilidade *salva veritate*’, ‘substituição dos idênticos’, dentre outras designações.

significado.

Apenas aludimos a um dos exemplos que Quine menciona sobre a *insuficiência* das tentativas de explicação da noção de analiticidade fornecida pela tradição filosófica e, conseqüentemente, da delimitação precisa entre frases analíticas e sintéticas (o primeiro dogma). Além disso, vale mencionar que para Quine uma explicação da noção de sinonímia a partir do critério de comutatividade *salva veritate* (aludida logo acima) acabaria por voltar à noção de analiticidade primeiramente analisada, gerando, assim, um círculo. Contudo, não avaliaremos este último passo, dado que isso extrapolaria o escopo do artigo. Tampouco exporemos o segundo dogma do empirismo, i.e., o dogma do reducionismo. Para nossos propósitos basta o que foi dito até agora sobre a noção de analiticidade, que será alvo da crítica de Quine em *Dois Dogmas*.

Caso Quine esteja certo sobre a falta de clareza da distinção analítico-sintético, isso implica na rejeição da suposta delimitação entre esses dois tipos de frases, um dos principais fundamentos da filosofia do empirismo lógico. Vale lembrar que a crítica de Quine se dirige principalmente a estes empiristas e apenas indiretamente a filósofos como Kant e Frege<sup>21</sup>. Contudo, se Quine os menciona em seu texto, é no mínimo questionável o fundamento de tais menções. Esperamos ter mostrado alguns desses fundamentos.

## Conclusão

Por fim, temos uma resposta à pergunta geral que guiou este trabalho: O que são frases analíticas criticadas por Quine no contexto de *Dois Dogmas?* Como resposta, temos que frases analíticas podem ser entendidas como aquelas (i) cujas verdades são determinadas através de princípios e partículas lógicas ou (ii) aquelas cuja verdade é estabelecida através desses dois elementos mais a noção de significado.

Evidentemente os pontos aqui expostos sobre *Dois Dogmas* têm apenas a função de introduzir e clarificar algumas passagens do referido artigo. Além disso, esperamos ter mostrado alguns aspectos importantes quanto ao trabalho filosófico ao nosso possível leitor. São eles: (i) grande parte dos problemas e textos filosóficos podem ser esclarecidos ao formularmos as seguintes questões: o que significa determinado termo ou frase? O que justifica o autor fazer determinada afirmação? (ii) alguns aspectos de um texto filosófico

---

<sup>21</sup> Sobre uma defesa da noção fregeana de analiticidade cf. PONTES, A. N., 2014, pp. 94-121.

Qual o conceito de analiticidade criticado por Quine em *Dois Dogmas do Empirismo?* | Ozeias F. Rodrigues

nem sempre podem ser compreendidos internamente ao texto, sendo necessárias investigações exteriores para encontrarmos respostas satisfatórias. Desse modo, devemos investigar também os possíveis interlocutores com os quais determinado autor ou autora está dialogando. (iii) Comentadores não devem ser ignorados, pois podem ajudar na compreensão de textos filosóficos e constantemente geram bons debates, dando seguimento à formulação, reformulação e resolução de grandes problemas.

### Referências Bibliográficas

BRENTANO, F. Miklosich acerca das proposições sem sujeito (1883). Trad.: Evandro O. Brito e Maicon Reus Engler. In: *Revista Guairacá de Filosofia*, V. 32, n.1, p. 106-114, 2016.

FREGE, G. O Pensamento. Uma Investigação Lógica. In: *Investigações lógicas*. Org. trad. e notas de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 9-41.

FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2009, pp.129-158.

GEACH, P. Subject and Predicate. *Mind*, vol. 59, 1950, pp. 461-482.

GIUSTI, E. Existência e predicacão: sobre alguns problemas contemporâneos e sua origem kantiana. In: *Integração*, São Paulo, v.8 n. 28, 2002, pp. 34-40.

HANNA, R. *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Fundação Calouste Gulbenkian. 8ª ed. Lisboa, 2013.

KANT, I. *Kritik Der Reinen Vernunft*. Felix Meiner Verlag, Hamburg 1998.

PONTES, A. N. Em defesa da definição fregeana de analiticidade: Uma análise crítica dos argumentos de Quine em *Dois Dogmas*. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 5, n. 1 (2014), p. 94-121.

PORTA, M. Crítica al psicologismo y concepción de subjetividad en Frege. *Manuscrito*. 2014, vol.37, n.2, pp.357-413.

QUINE, W. V. Dois Dogmas do Empirismo. In. *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 37-71.

QUINE, W. V. Two Dogmas of Empiricism. *The Philosophical Review*, Vol. 60, No. 1 (Jan., 1951), pp. 20-43.